NOTÍCIA

22 dezembro 2025
DCIPT

Documentos orçamentais do grupo autárquico do Município de Cantanhede ascendem a 81,2 milhões de euros



A Assembleia Municipal de Cantanhede aprovou, com 28 votos a favor e oito contra, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2026, concluindo-se assim a validação política destes documentos que, entretanto, haviam sido já aprovados pelo executivo camarário de Helena Teodósio.“O valor total que consta no documento a enquadrar a ação da Câmara Municipal em 2026 é de 61,23 milhões de euros, embora, se se considerar a totalidade do grupo autárquico, esse montante sobe para 81,2 milhões de euros”, referiu a presidente da autarquia, indicando que “tal acréscimo é influenciado pelos quase 18 milhões de euros do orçamento da INOVA-EM, pois o do BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia e da ABAP – Associação Beira Atlântico Parque têm percentualmente pouca expressão”.Reportando-se ao plano previsional da receita e da despesa da Câmara Municipal, Helena Teodósio, assinalou “o aumento de mais de 9,1 milhões de euros relativamente ao que foi orçamentado para 2025, o que fica a dever-se sobretudo ao facto de entrarmos no auge da execução financeira das obras realizadas com financiamento do PRR e aos novos investimentos a fazer no âmbito de candidaturas apresentadas ao PT 2030”.Segundo a autarca, “é isso que explica o crescimento significativo da despesa de capital. Estima-se que esta rubrica aumente 71% em relação a 2025, o que representando 45,7% do orçamento, no essencial reporta ao ambicioso plano de obras previsto, com destaque para os valores inscritos para requalificação emodernização dos estabelecimentos de ensino, remodelação das unidades de saúde, habitação social e reabilitação de instalações desportivas e recreativas, entre outros investimentos importantes em infraestruturas e equipamentos coletivos”.Daí que, nas Grandes Opções do Plano, as Funções Sociais são as que têm maior relevo, com 72,2% da despesa prevista, seguidas das Funções Económicas com 18,5%.Quanto à despesa corrente, a proposta orçamental do Município de

Cantanhede para 2026 aponta também um aumento, neste caso devido em parte ao acréscimo dos preços dos combustíveis, da energia e das refeições escolares, sendo que atinge a sua maior expressão com a subida dos encargos com pessoal, nomeadamente pelo recrutamento de novos colaboradores motivado pela assunção das competências transferidas para a autarquia pela Administração Central nas áreas da Educação, Saúde e Ação Social.No que diz respeito à receita, a presidente da Câmara Municipal apresentou um quadro da evolução deste tomo orçamental nos três anos anteriores para enfatizar “o crescimento médio da receita de capital em 32,8%, o que, face aos 8,8% da receita corrente, traduz os resultados da aposta em investimento comparticipado. Tem havido de facto um trabalho muito bem estruturado e assertivo para tirar partido das oportunidades de financiamento no âmbito do PRR e do PT 2030 e isso deve-se não só à orientação de fundo adotada pelo executivo camarário, mas sobretudo ao extraordinário profissionalismo das equipas da autarquia na elaboração dos projetos e na elaboração dos processos das candidaturas”, sublinha Helena Teodósio.Indicadores que a autarca fez questão de enfatizar foi os que apontam para uma poupança corrente de 3.383.926 euros, valor que se refere à diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, e que é canalizado para investimento, refletindo assim a eficácia e eficiência dos processos de gestão. Além disso, está devidamente acautelado o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, traduzida no montante 2.579.759 euros, relativo a diferença entre a receita corrente deduzida da despesa corrente mais as amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo.Para Helena Teodósio, “o orçamento para 2026 é muito ambicioso por aquilo que representa em termos de valorização do território e sobretudo pelos benefícios que preconiza para as pessoas a vários níveis. Ser o maior de sempre é significativo, mas mais importante do que isso é o facto de representar mais um passo no sentido da consolidação de uma estratégia financeira sustentável que aposta no reforço da capacidade de investimento do Município sem comprometer o equilíbrio financeiro”.